



# **Imigração Haitiana para o Brasil (2010-2016): Uma análise das políticas públicas da cidade de São Paulo para a criação de uma rede de acolhimento**

**Palavras-Chave:** Migração, Haiti, Políticas Públicas, São Paulo.

**Autores(as):**

**Letícia Alves da Cruz, IFCH – UNICAMP**

**Prof. Dr. Wagner de Melo Romão, IFCH - UNICAMP**

---

## **INTRODUÇÃO:**

Após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o Brasil registrou um grande fluxo de imigrantes haitianos em busca de refúgio e melhores condições de vida. São Paulo, foi um dos principais destinos desses imigrantes e o governo estadual implementou diversas políticas públicas para atender a esses habitantes. Considerando que há restrições impostas à entrada dessa população nos países centrais, o fato de o Brasil estar inserido na economia global o torna mais atraente a imigrantes, sobretudo de países como o Haiti (BAENINGER, 2017). Essa nova diversidade e o aumento da questão migratória no Brasil traz questões sobre como o país recebe e acolhe essa população e como são criados aparatos estatais para ampará-los. No auge da imigração haitiana para São Paulo, a Prefeitura criou políticas para seu acolhimento.

O presente estudo tem como foco principal abordar sobre como as políticas públicas municipais de São Paulo têm respondido à imigração haitiana, especialmente entre os anos de 2010 e 2016, buscando também explorar as condições socioeconômicas enfrentadas por essa população, as transformações sociais e políticas decorrentes de sua presença e a contribuição dessa comunidade para a iniciativa de políticas efetivas.

## **METODOLOGIA:**

A seção dedicada ao método de pesquisa neste estudo foi estruturada em quatro partes distintas para garantir clareza e rigor na descrição do processo. Primeiro, a base de pesquisa escolhida foi a plataforma SciELO, reconhecida por sua importância e acessibilidade na disponibilização de periódicos científicos eletrônicos. Detalhou-se sua relevância, destacando o extenso acervo de mais de 20 mil artigos publicados em 319 periódicos de oito áreas do conhecimento, o que a torna uma ferramenta essencial na disseminação do conhecimento científico no Brasil.

A segunda parte explica os critérios e strings de busca usados para selecionar artigos. Utilizando uma abordagem sistemática, foram definidas strings específicas como "haitianos" AND "São Paulo" OR "prefeitura", "Política Pública" AND "imigração haitiana" AND "Brasil" OR "imigração", e "política migratória" OR "migração internacional". Essas strings foram estruturadas com operadores booleanos OR e AND para garantir que os documentos encontrados abordassem todos os aspectos relevantes da pesquisa sobre a política imigratória haitiana em São Paulo.

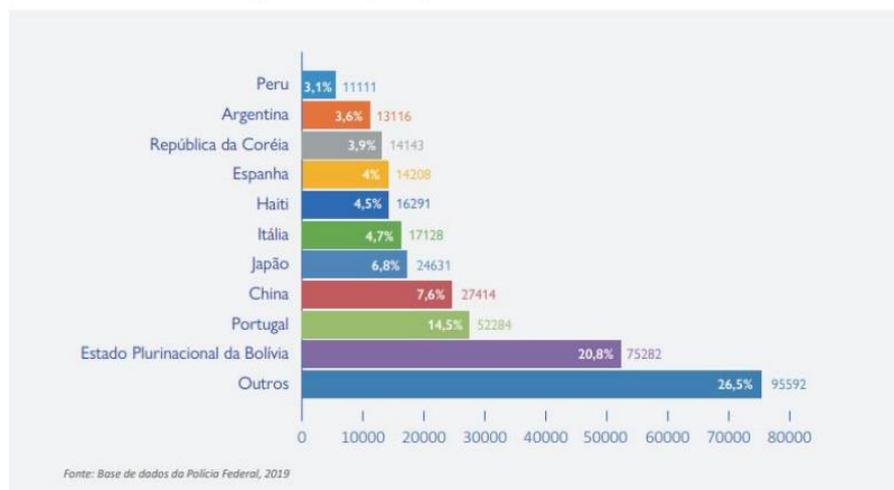
Na terceira seção, foram detalhadas as estratégias de exclusão e seleção dos artigos, incluindo critérios de inclusão e exclusão e procedimentos de triagem. Isso assegurou uma seleção rigorosa e relevante dos artigos. Durante a pesquisa, foram identificados dez artigos e dois dossiês, sendo que cinco deles focam especificamente nas políticas públicas de imigração haitiana em São Paulo. Por fim, a pesquisa documental complementou a análise, revisando atas do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), relatórios do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), e documentos da Primeira Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. Esses documentos foram fundamentais para avaliar a evolução das políticas públicas entre 2010 e 2016 e refletir sobre as ações passadas e presentes no âmbito municipal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A revisão bibliográfica visou analisar a percepção dos artigos sobre o cenário migratório em São Paulo e relacionar essas percepções com as políticas públicas implementadas pelos órgãos competentes. A revisão examinou a contribuição dos imigrantes haitianos para a criação da primeira Lei Municipal de Migração em São Paulo, as transformações sociais e políticas decorrentes, e as condições socioeconômicas enfrentadas por esses imigrantes.

A imigração haitiana para o Brasil, especialmente para São Paulo, teve um papel crucial na formulação de novas políticas migratórias. Entre 2010 e 2015, 43.781 haitianos entraram no país pela fronteira do Acre, destacando a necessidade de políticas de acolhimento e integração (Pachi, 2017). Germani (1974) enfatiza que a análise dos processos migratórios deve considerar fatores sociais, culturais e subjetivos tanto no país de origem quanto no destino.

**Figura 1:** Número de pessoas imigrantes registradas em São Paulo por país de origem, junho de 2019



Fonte: OIM. Perfil 2019 da Cidade de São Paulo: Indicadores da Governança Migratória Local (MGI). Genebra, 2019.

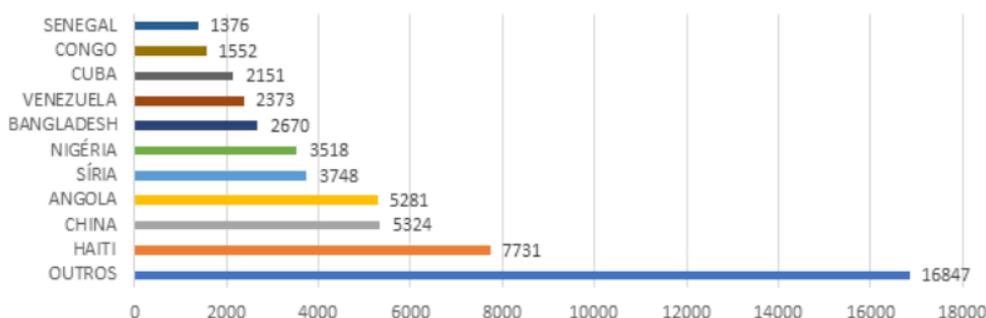
<sup>1</sup>A mobilidade de grupos humanos em resposta às necessidades dos arranjos produtivos tem originado uma nova divisão social do trabalho (Pachi, 2017; Butikofer, Silva, 2021). Em uma economia globalizada, o Estado não é mais o único agente influente nas políticas públicas, tornando necessária a participação de novos órgãos para garantir a eficácia das políticas implementadas. Os haitianos em São

<sup>1</sup> Gráfico retirado do I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes 2021-2024

Paulo enfrentam precarização e remuneração inadequada, estabelecendo-se nas periferias urbanas devido à falta de políticas públicas eficazes (Pachi, 2017).

A cidade de São Paulo, transformada em um espaço de valorização capitalista, atrai trabalhadores imigrantes para o setor de serviços (Magalhães, Bógus & Baeninger, 2018). A vinculação do Brasil a tratados internacionais de refúgio trouxe novos povos, como refugiados sírios e venezuelanos, alterando ainda mais a paisagem urbana e social de São Paulo (Magalhães, Bógus & Baeninger, 2018).<sup>2</sup>

**Figura 2:** Número acumulado de solicitações de refúgio realizadas no estado de São Paulo (1993 - 2020)



Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONARE. "Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas e inativas até 31 de maio de 2020", disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>, acesso em 31 de maio de 2020.

A imigração haitiana foi fundamental para a tramitação e aprovação da primeira Lei Municipal de Migração em São Paulo, uma promessa do então prefeito Fernando Haddad (2013-2017). A criação da Coordenadoria de Políticas para Migrantes (CPMig) em 2013 retirou o tema da imigração do âmbito da segurança nacional e o colocou na esfera dos direitos humanos (Pachi, 2017). A 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizada em 2013, foi um marco na participação da sociedade civil e dos governos na formulação de políticas públicas para essa população. Em 2014, a pressão da Pastoral do Migrante resultou na criação do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (Crai-SP) no bairro da Bela Vista, oferecendo uma gama de serviços aos imigrantes (Butikofer, Silva, 2021).

As redes de apoio familiares e religiosas têm um papel crucial na integração dos imigrantes haitianos, fornecendo suporte social e orientação (Pachi, 2017). No entanto, a ausência de políticas públicas específicas coloca a responsabilidade de acolher imigrantes sobre igrejas e organizações não governamentais, que atuam como intermediárias entre o mercado de trabalho e os imigrantes (Silva, 2021). Em resumo, a imigração haitiana tem sido significativa para a evolução das políticas públicas em São Paulo, transformando ações passivas em iniciativas efetivas, como a criação dos CRAIs.

No que compreende a análise documental e dos sites as seguintes instituições foram revisitadas: CPMig (Coordenação de Políticas para Imigrantes); CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes) e CMI (Conselho Municipal de Imigrantes). O objetivo foi entender o estado das políticas que foram iniciadas entre 2010 e 2016, buscando a compreensão sobre melhorias nessas políticas ou mesmo implementação de novas iniciativas. Houve uma série de políticas criadas em um curto espaço de tempo para a inclusão da população migrante na cidade.

<sup>2</sup> Gráfico retirado do I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes 2021-2024

Entre elas, a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). De acordo com o site da prefeitura de São Paulo, a atuação desta organização se fundamenta na interação com associações e comunidades de imigrantes, visando a construção de uma política de imigração que reflita a participação ativa e as demandas desses grupos. Com esse propósito, foi organizada a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes entre 29 de novembro e 1º de dezembro de 2013, com o objetivo de fomentar o debate e desenvolver propostas e diretrizes para apoiar as políticas públicas voltadas para a população imigrante e suas famílias.

Ainda, em 2014 a prefeitura inaugurou o CRAI-SP, o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI Oriana Jara). Trata-se de um equipamento público da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que oferece apoio especializado e multilíngue aos imigrantes. Vale ressaltar, que esse apoio é dado independentemente da situação documental da pessoa atendida. Em 2015, a coordenação focou em capacitar e sensibilizar servidores públicos para melhorar o atendimento aos imigrantes, qualificando um total de 1033 agentes. Além disso, foram inaugurados três novos abrigos públicos para acolher imigrantes no mesmo ano.

Por fim, em 2016 o prefeito Fernando Haddad sancionou a lei municipal para população imigrante (Lei 16.478/2016) e pelo decreto 67.533/2016 instituiu diretrizes para política de imigrantes, institucionalizando o conjunto de políticas públicas que vinham sendo implementadas na cidade. Ainda, instituiu o Conselho Municipal de Imigrante (CMI), um órgão que tem como objetivo participar da formulação, implementação e monitoramento dessa política, sendo composto por representantes do poder público e a sociedade civil.

Atualmente, o CRAI segue atuando fortemente na inserção da população, todos os meses em sua página no site da prefeitura há um panfleto com as principais divulgações para a rede, como por exemplo as atividades culturais e ações de empregabilidade. Já o CMI também segue atuando, fazendo reuniões ordinárias para a manutenção da lei e de órgãos que se destinam a esse público-alvo.

Em suma, apesar da manutenção nos órgãos e na legislação a grande mudança que se destaca é a criação do primeiro Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021 – 2024) que o CMI realizou em conjunto com a ACNUR (Agência da ONU para Refugiados), esse que através de oito eixos principais traçou objetivos estratégicos e ações que visam criar um conjunto de diretrizes e ações que promovam a integração, inclusão e bem-estar dos imigrantes na cidade.

## **CONCLUSÕES:**

A atual pesquisa propôs uma análise criteriosa quanto a revisão bibliográfica sobre o impacto da comunidade haitiana nas políticas públicas em São Paulo, sendo comprovada sua grande participação, uma vez que o grande contingente de imigrantes vindo em uma mesma época forçou a Prefeitura a tomar iniciativas de grande impacto para o acolhimento desses. Ainda, trouxe a participação da sociedade civil e da família como uma grande rede de acolhimento, que transita entre o ambiente habitação e trabalho, pontos focais importantes para a integração dessa população na sociedade paulistana.

Os dados levantados acerca dos órgãos estudados revelaram que houve um escalonamento de políticas sucessivas conforme a demanda da sociedade, e que o Município de São Paulo foi pioneiro na implementação de tal ações, sendo referência para outros municípios. Em sua fase atual demonstra interesse em dar continuidade a essas políticas bem como reformulá-las. Exemplo disso é a criação do Primeiro Plano Municipal de Políticas para Imigrantes de 2021 a 2024. A relação passado, presente e

futuro das políticas implementadas há de ser estudada pois ainda se vê a necessidade de promover políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que possam atender às necessidades dos imigrantes e contribuir para uma integração mais harmoniosa e produtiva dessas populações na sociedade paulistana – etapa esta que ainda está em andamento na pesquisa.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BAENINGER, R. **Cenários das Migrações Internacionais no Brasil**. In: BERQUÓ, E. (Org.) Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Neop. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017.
- BAENINGER, R. **Migrações internacionais: elementos teóricos do Observatório das Migrações em São Paulo**. In: CUNHA, M. F.; MARCONDES, G. S. (Org.). Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022.
- BUTIKOFER, E. A.; SILVA, E. A. da. **Imigração e periferias urbanas: experiências haitianas em São Paulo**. REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, v. 29, n. 62, p. 151–169, maio 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006210>>.
- MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. **Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 26, n. 52, p. 75–94, maio 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005205>>.
- PACHI, Priscilla. **A importância da imigração haitiana na concepção da nova Lei Municipal (São Paulo) de migração**. TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.], n. 80, p. 93–104, 2017. DOI: 10.48213/travessia. i80.283.
- Prefeitura de São Paulo. **Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig)**. Disponível em: <[https://capital.sp.gov.br/web/direitos\\_humanos/w/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/programas\\_e\\_projeto\\_s/156229](https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/imigrantes_e_trabalho_decente/programas_e_projeto_s/156229)>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- Prefeitura de São Paulo. **Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI)**. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/crai/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/crai/)>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- Prefeitura de São Paulo. **Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)**. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/conselho\\_municipal\\_de\\_imigrantes/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php)>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016**. Institui diretrizes para a política de imigrantes no município de São Paulo. Diário Oficial [do] Município de São Paulo, São Paulo, SP, 9 jul. 2016.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 67.533, de 21 de dezembro de 2016**. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui diretrizes para a política de imigrantes no município de São Paulo. Diário Oficial [do] Município de São Paulo, São Paulo, SP, 22 dez. 2016.
- SÃO PAULO (Município). **I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes 2021-2024**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/Plano-do-Munic%C3%ADpio-de-S%C3%A3o-Paulo-de-Pol%C3%ADticas-para-Imigrantes-2021-2024.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2024